



Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR São José dos Campos – SP.

Regimento Interno

Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial de São José dos Campos - SP

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente regimento interno estabelece a estrutura e disciplina o funcionamento do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, criado pela Lei Municipal 9.133, de 22 de abril de 2014, doravante denominado COMPIR SJC.

Art. 2º O Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial de São José dos Campos ficará vinculado a Secretária de Promoção da Cidadania, composto por pessoas do Governo Municipal e de diferentes segmentos da sociedade civil organizada, de caráter permanente, consultivo e paritário.

Parágrafo único - O COMPIR SJC funcionará em local e instalações cedidas pela Secretaria de Apoio Social ao Cidadão.

Art. 3º O COMPIR SJC reunir-se-á em sessões plenárias e ordinárias mensais e extraordinárias, por convocação do Presidente ou a pedido da maioria simples de seus membros titulares, sempre por escrito.

O COMPIR-SJC tem como finalidade propor, em âmbito municipal políticas de Promoção da Igualdade Racial, com ênfase na população negra, povos indígenas e outros segmentos étnicos da população do município, com o objetivo de combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial, desconstruir preconceitos e reduzir as desigualdades raciais, em especial nas áreas educacional, econômica, financeira, social, política e cultural, bem como exercer o controle social sobre as políticas de promoção da igualdade racial desenvolvidas pelo município.

Capítulo II - DAS COMPETÊNCIAS

- I - propor estratégias de acompanhamento e avaliação da política municipal de igualdade racial;
- II - apoiar a Assessoria de Políticas Públicas de Igualdade Racial;
- III - promover a realização de estudos, análises, debates e pesquisas sobre a realidade da situação de discriminação racial no Município, com vista a contribuir para o planejamento, elaboração e apresentação de propostas de políticas públicas;

IV - articular com os Conselhos Nacional e Estadual de Promoção da Igualdade Racial, com vista a ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de políticas públicas de combate à discriminação racial;

V - propor e participar de seminários, cursos, conferências, congressos e eventos correlatos à discussão de temas relativos à igualdade racial que contribuam para a ciência e busca de soluções dos problemas relativos à discriminação racial;

VI - analisar e opinar no âmbito da Administração Municipal no que se refere ao atendimento das questões relativas à discriminação racial.

Parágrafo único. As competências do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial serão exercidas em consonância com o disposto na Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, Estatuto da Igualdade Racial.

Capítulo III - DA ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO

Art.5 - O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial é integrado por vinte conselheiros titulares, sendo dez representantes do Poder Público e dez da Sociedade Civil, e vinte suplentes, sendo dez representantes do Poder Público e dez da Sociedade Civil, os quais serão nomeados e empossados por meio de Decreto do Poder Executivo, com a seguinte composição:

§ 1º O Executivo Municipal será representado no Conselho por:

- I - dois integrantes da Assessoria de Políticas Públicas de Igualdade Racial;
- II - um integrante da Secretaria de Apoio Jurídico;
- III - um integrante da Fundação Cultural Cassiano Ricardo;
- IV - um integrante da Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Econômico;
- V - um integrante da Secretaria de Educação;
- VI - um integrante da Secretaria de Saúde;
- VII - um integrante do Departamento de Relações do Trabalho;
- VIII - um integrante da Secretaria de Apoio Social ao Cidadão.

§ 2º O Legislativo Municipal terá representação no Conselho por meio de um integrante que tenha mandato eletivo em São José dos Campos, ou por um funcionário indicado pelo Plenário.

§ 3º A Sociedade Civil organizada, que constituirá o Conselho, deverá participar com:

- I - um integrante do Movimento Negro;
- II - um integrante do Movimento de Mulheres;
- III - um integrante do Segmento Hip Hop;

- IV - um integrante do Segmento População Indígena;
- V - um integrante do Segmento Capoeira;
- VI - um integrante do Segmento Samba;
- VII - um integrante do Segmento Moçambique;
- VIII - um integrante do Segmento Jongos;
- IX - um integrante do Segmento Matriz Africana;
- X - um integrante relativo ao Notório Saber.

Art. 6º São atribuições do Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial:

- I - convocar e presidir as reuniões;
- II - solicitar ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;
- III - firmar as atas das reuniões;
- IV - constituir e organizar o funcionamento das comissões e convocar as respectivas reuniões.

Parágrafo único. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências.

Art. 7º São atribuições dos Conselheiros:

- I - zelar pelos objetivos do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial contribuindo para o seu pleno desenvolvimento;
- II - analisar e relatar, nos prazos preestabelecidos, matérias que lhes forem distribuídas, podendo valer-se de assessoramento técnico e administrativo;
- III - realizar os trâmites administrativos necessários em assembleia para o seu desenvolvimento, deliberações e encaminhamentos;
- IV - zelar, acompanhar e propor medidas de defesa de direitos de indivíduos e grupos étnico-raciais afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância;
- V - acompanhar e verificar o funcionamento dos serviços prestados por entidades governamentais ou não governamentais à comunidade negra, indígena, e outros grupos étnico-raciais do Município;
- VI - receber e encaminhar ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial as denúncias sobre discriminação étnico-racial, para as providências cabíveis;
- VII - dentre outras atribuições voltadas às questões étnico-raciais.

Art. 8º O mandato de formação do conselho terá duração de três anos.

§ 1º O exercício da função dos conselheiros não será remunerado, sendo considerado relevante serviço prestado ao Município.

§ 2º Os Conselheiros poderão ser substituídos a qualquer tempo pelo órgão ou instituição que representam mediante prévia comunicação por ofício ao Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

§ 3º O Conselheiro Titular poderá, por requerimento próprio, dirigido ao Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, solicitar sua exclusão do Conselho, caso em que o suplente assumirá até que haja nomeação de novo titular pelo Chefe do Poder Executivo ou instituição da sociedade civil ou organização não governamental.

§ 4º O Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, ao receber o requerimento de desligamento do conselheiro nas hipóteses dos § 3º do “caput”, deverá comunicar, por ofício, o órgão ou instituição respectivo e solicitar a indicação de novo representante.

§ 6º O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial poderá a qualquer tempo e por decisão de um terço de seu colegiado solicitar a substituição de qualquer Conselheiro, apresentando as razões de fato, garantindo-lhe direito a ampla defesa.

§ 7º Os Conselheiros Suplentes poderão participar de todas as reuniões, com direito a voto somente nas ausências e impedimentos do conselheiro titular do órgão ou instituição que representa.

§ 8º O presidente e vice-presidente serão escolhidos pelo colegiado através de processo de escolha interno da maioria simples dos Conselheiros Titulares, permitida uma recondução.

§ 10º Em caso de vacância em algum assento do Conselho, o mesmo permanecerá aberto, podendo ser ocupado a qualquer tempo, somente pela etnia de direito, por eleição complementar ou indicação da instituição que representa.

Art. 9º As reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, ressalvadas as situações de excepcionalidade, deverão ser convocadas com antecedência mínima de sete dias úteis, pauta previamente comunicada aos seus integrantes.

Artigo 10 – O Conselho deverá reunir-se ordinariamente com a presença da maioria simples de seus membros. Sendo os trabalhos de cada reunião dirigidos pelo Presidente, devendo os participantes assinarem a lista de presença

Art. 11. O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial formalizará suas deliberações por meio de resoluções que serão publicadas no Boletim do Município.

Art. 12. O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de operacionalizar as ações de natureza técnica ou política, constituirá comissões, permanentes ou temporárias, com a finalidade de promover ações, realizar estudos, e elaborar propostas que subsidiem as ações do Conselho, à sua apreciação, sendo:

§ 1º O ato de criação de comissão deverá especificar seus objetivos, composição, e o prazo para a conclusão dos trabalhos ou apresentação de relatórios periódicos.

§ 2º O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial poderá convidar técnicos, especialistas, representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas para acompanhar e participar dos trabalhos das Comissões.

§ 3º A participação nas Comissões no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, nos termos do “caput” e § 2º não será remunerada, sendo considerado relevante serviço prestado ao Município.

§ 4º Os membros do Conselho poderão nomear um coordenador das Comissões.

Art. 13. Constituem órgão de apoio do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial:

I - Fórum Municipal da Igualdade Racial;

II - Conferência Municipal de Igualdade Racial.

§ 1º O Fórum Municipal da Igualdade Racial é uma instância composta por entidades ou órgãos não governamentais interessados em tratar das questões ligadas aos direitos de igualdade racial e autônomo em relação ao Poder Público.

§ 2º A Conferência Municipal é uma instância colegiada de formulação de diretrizes da política municipal de igualdade racial e de avaliação de sua implementação, devendo ser realizada conforme diretriz nacional, com ampla participação dos órgãos e entidades representativas da comunidade, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Art. 14. Fica facultado ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial promover a realização de seminários e encontros sobre temas constitutivos de sua agenda.

Art. 15. A Secretaria de Apoio Social ao Cidadão prestará o suporte técnico, administrativo e financeiro necessário às atividades do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

Art. 16. Poderão assistir as reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, bem como das discussões das comissões, cidadãos convidados pelo Presidente ou por deliberação majoritária dos membros do colegiado, ou ainda, respectivamente, pelo coordenador da comissão.

Art. 17. O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial organizar-se-á de acordo com seu regimento interno, assegurando-se a periodicidade de suas reuniões.

Art. 18 — Nenhum membro poderá agir em nome do Conselho sem prévia delegação.

Art. 19 — As dúvidas e os casos omissos nesse Regimento serão apreciados e resolvidos pelo Plenário, observadas as disposições legais e terão força normativa.

São José dos Campos 12 Junho de 2018.

Carlos Roberto da Silva

Presidente